

O PRETÉRITO IMPERFEITO
(A importância da superestrutura na sua
compreensão)

Sumiko Nishitani IKEDA (PUCSP)

ABSTRACT: There are languages that do not possess a specific form to denote the meaning of the Portuguese imperfect preterite (I), as it is the case of English and Japanese. In English, this tense may be translated by periphrastic constructions through the use of would, used to or by the progressive past. But it may be translated by the simple past. In this case, as a single form expresses two different tenses, how can a translator know whether it is the perfect or the (I)? We are studying the characteristics of the (I), in order to know which kind of information is considered by the translator to capture the proper meaning. The form is the same to both tenses. Reichenbach's formula of three points, which includes a reference point (R), may be useful to our research.

Há línguas que não possuem uma forma específica para expressar o que corresponde ao nosso pretérito imperfeito (I), como é o caso do inglês e do japonês. No inglês, este tempo pode ser traduzido por construções perifrásticas com *used to*, *would* ou pelo *past progressive*, mas pode também sê-lo pelo

simple past. Neste último caso, na medida em que uma única forma expressa dois tempos diferentes verbais, pergunta-se: como pode o tradutor saber se se trata do perfeito ou do (I)? Em: Louise liked some of his careless ideas, o verbo deve ser traduzido por gostou ou por gostava?

Por outro lado, em línguas que possuem as duas formas, tem-se a impressão de que existem "tempos que parecem fazer a mesma coisa" (Vet, 1981), como em eu nadei todos os dias nas férias e eu nadava todos os dias nas férias, de difícil distinção para o falante do inglês ou do japonês. Essa diferença é importante?

Estamos estudando as características do (I), para saber em que tipo de informação se apóia o tradutor, para chegar ao significado adequado. A forma é uma só, e é de passado. Portanto, a informação sobre se se trata de perfeito ou de (I) deve estar no co-texto; deve haver alguma referência que forneça a pista necessária. O esquema de Reichenbach, que conta com o ponto de referência, parece ser de utilidade para a nossa pesquisa.

No início dos nossos estudos, examinamos o significado do (I) e do perfeito: em termos da dimensão temporal, ambos expressam passado, não havendo diferença neste sentido; em termos do aspecto, ambos apresentam duração, decorrente do significado inerente; em termos da completude do evento, ambos dependem do verbo: há verbos que no (I) expressam eventos não terminados e no perfeito expressam eventos terminados, enquanto outros comportam-se de maneira

exatamente oposta. Este fato é citado por Both Diez (1985) e Travaglia (1985) entre outros. Portanto, o significado não se revelou útil para os nossos propósitos.

Segundo De Ryck (1985), os estudos mais recentes sobre o (I) fazem referência ao instante da enunciação e assim, o foco se desvia do significado para a referência, na medida em que os marcadores temporais teriam natureza dêitica e, portanto, também anafórica. Na exposição a seguir, tentaremos seguir este caminho.

De acordo com Reichenbach (1947), a especificação temporal envolve três noções de tempo, que ele chama de pontos: o ponto de fala, o ponto de referência e o ponto do evento. O ponto de fala (F) é o tempo em que uma dada sentença é enunciada, isto é, o momento da enunciação. O ponto de referência (R) é o tempo indicado pela sentença, que não precisa coincidir com (F). O tempo do evento (E) refere-se ao momento de ocorrência do evento ou do estado, que não precisa coincidir com (R). Por exemplo, em (1), E e R coincidem, e são anteriores a F:

(1) Marilyn recebeu o prêmio na semana passada.

$$\frac{+}{E} \quad \frac{+}{R} \quad \frac{+}{F}$$

Em (2), os três pontos são diferentes:

(2) Marilyn tinha recebido o prêmio na semana passada.

$$\frac{+}{E/R} \quad \frac{+}{F}$$

Continuando, diz Reichenbach que a determinação temporal fornecida por palavras como *agora*, *ontem* ou *7 de novembro* refere-se ao R e não ao evento. Em alguns casos essa determinação coincide com o evento como em: *Eu o encontrei ontem*, porém em *Eu o tinha encontrado ontem*, *ontem* é o R, mas o encontro pode ter ocorrido antes de *ontem*. Pode-se falar, então, em uso posicional do R; o R é usado aqui como um transportador da posição temporal. (Para Declerc (1986) existem, no último exemplo, dois Rs: um R para o encontro e outro para *ontem*. Talvez por isso, o acréscimo de um advérbio de tempo favoreça a interpretação pretendida: *Eu já o tinha encontrado ontem*).

Segundo Smith (1978), sentenças que possuem apenas o tempo verbal (como é o caso de *Pedro foi*) são incompletas semanticamente, já que não têm o R estabelecido (isto é, não se sabe quando *Pedro foi*) e por isso sua interpretação depende do contexto. O R é dado, segundo ela, pela combinação do tempo verbal mais o advérbio de tempo, e cada sentença só pode ter um advérbio de tempo (simples ou complexo). Esta referência temporal pode ser explícita ou implícita.

Para Molendik (1985), o R de um fato relatado no (I) pode ser fornecido por elementos não-temporais, ou por uma combinação de elementos onde entrem elementos não-temporais. Ele examina o seguinte exemplo:

João lhes disse que ele não lamentava
o fato de ter destruído o XB.23.

Ele tinha razão de pensar assim.
O XB.23 constituía um grave perigo para a humanidade.

O XB.23 constituía um grande perigo no momento t, antes de disse. Este t é o R de constituía um grande perigo, e sabemos que ele é anterior a disse porque o texto nos diz que o XB.23 fora destruído. Esse R é, então, fornecido por elementos não-temporais, segundo o autor.

Retornemos a Reichenbach. Ele explica a sua proposta utilizando-se da língua inglesa, que não possui o (I). Por este motivo, as descrições da língua japonesa de que dispomos - feitas ou nesta língua ou no inglês - não fazem nenhuma referência ao (I). É, pois, uma lacuna que pretendemos preencher com o presente estudo.

A tentativa de caracterizar o (I) esbarra em uma série de controvérsias, segundo Tasmowski-De Ryck (1985). Ele cita as seguintes oposições:

- a) o (I) serve para enunciar situações não presentificadas (Damourette & Pichon, 1911-1940); necessariamente passadas (Wilmet, 1983);
- b) as condições de verdade para as proposições no (I) diferem das condições para as proposições enunciadas em outros tempos (Vet 1980); tal situação é meramente secundária (Ducrot 1979:1);
- c) o (I) descreve situações não delimitadas no tempo (Sten, 1952); não é esta a opinião de Ducrot (1979: 23);
- d) para representar uma situação que responda a uma frase no (I), é necessário um ponto de referência

(R) independentemente dado; esta exigência não é absoluta (Kamp e Rohrer, 1983).

- e) na oposição narrativa/comentário, o (I) é considerado como marca da narrativa (Weinrich, 1973), mas na dicotomia história/discurso (paralelo apresentado também por Weinrich, acrescentamos) o (I) não é específico nem de um nem de outro (Benveniste (1966);
- f) o (I) é tipicamente anafórico, ligando-se a antecedente temporal fornecido pelo contexto (Houweling 1982); o (I) é considerado dêitico ou anafórico dependendo do caso (Lo Cascio 1982);

O autor conclui então que, se essas divergências são possíveis, é porque o (I) se presta a uma multiplicidade de empregos. Ou, melhor, diríamos, é porque se consideram diferentes facetas de um mesmo fenômeno.

Analisemos as opiniões contrárias citadas nos itens de (a) a (f).

Item (a)

O (I) enuncia situações presentes ou passadas?

Há aqui aparentemente um desencontro entre as afirmações de Damourette & Pichon, de um lado, e de Wilmet, de outro, mas se examinarmos mais detidamente o comportamento do (I), verificaremos que ambas as afirmações são verdadeiras. Recorremos às palavras de Maingueneau (1981) e Declerc (1986) para tentar esclarecer a questão. Para eles, o (I) não se refere a um processo

"passado", mas marca a coincidência entre um processo (E) e um R que é passado, isto é,

anterior a F. Por exemplo em Ele tentava esconder a droga, quando a polícia chegou, tentava (E) é presente em relação a chegou (R), mas este é passado em relação ao momento do enunciado (F).

Portanto, o fato relatado no (I) é presentificado em relação a um R, este sim no passado. A propósito, vários estudiosos, entre eles Vet (1981) e Travaglia (1985), observam que o presente e o (I) apresentam paralelismo aspectual acentuado o que justifica o fato de ser o (I) considerado o "presente do passado".

Uma síntese das idéias de Reichenbach, Smith, além de Vet e Travaglia, leva-nos ao seguinte esquema para o exemplo que citamos acima:

R' (?)	F
+	+
-----	-----
E(chegou)	
R(chegou)	F
+	+
-----	-----
E(tentava)	

O R' não é especificado (não sabemos quando a polícia chegou (E), segundo Smith), e é anterior a F; o R (coincide com R', e este está sendo considerado apenas para mostrar dois fatos: a anterioridade em relação a F; e a presentificação do (I) em relação a R. Doravante deixaremos de mencioná-lo.)

Itens (b) e (c)

Os itens (b) e (c) são interdependentes, na medida em que o primeiro, que discute as condições de verdade do fato relatado no (I),

depende do (c), que trata da delimitação desse fato.

O que se vai examinar aqui é que o (I), que é presentificado em relação a R, é, por isso, simultâneo a esse R. Relacionado a essa simultaneidade, analisaremos o caráter predicativo do (I); desta característica decorre que, do fato relatado no (I), interessa apenas o lapso de tempo estabelecido pelo R (no caso, o fato relatado no perfeito ou o advérbio de tempo).

Assim, o que se verificará é que, devido ao deslocamento de enfoque do sentido para a referência, de que fala Tasmowski De-Ryck, o (I) passa automaticamente a se delimitar em relação a essa referência; a não-delimitação do (I) só seria cogitável se ele for considerado por si só, o que não é possível, pois, como vimos, é da natureza do (I) presentificar-se em relação a um R.

Kamp e Rohrer (1983) dizem que, no fato relatado no (I), o E engloba temporalmente o R. É o que diz, também, Silva-Corvalán (1983): o (I) "descreve condições específicas da narrativa (grifo nosso), isto é, aquelas que foram verdadeiras somente no tempo em que os eventos da narrativa aconteceram (simultâneos a E)" (pg.765).

Para Molendik, esta é a visão tradicional segundo a qual o (I) apresenta o que é relatado como sendo visto do interior. Tal perspectiva interna implica que o receptor se colocaria em pensamento num momento do eixo temporal que se situa depois do limite inicial da fato relatado e antes do seu final.

Porém, Molendik não concorda com a idéia de que o momento que serve de R ao fato

relatado no (I) deva ser necessariamente identificado com o lapso de tempo durante o qual ocorre o evento relatado no perfeito. Para ele, no exemplo a seguir, o (I) convidaria o receptor a se colocar numa situação temporalmente posterior ao fato relatado no perfeito:

- (1) Ele se pôs a descer a colina. Ele avançava com precaução. (pp.82)

Ele se pôs a descer a colina, diz ele, implica temporalmente ele avançava. Ele se pôs a descer a colina é verdadeiro no momento t , e ele avançava é necessariamente verdadeiro no momento t' , imediatamente posterior a t . A função do (I) é precisar o que é temporalmente implicado pelo fato relatado no perfeito.

O que se verifica, no entanto, é que t' não é diferente de t : ele avançava é o modo como ele se pôs a descer a colina, ou seja, estas duas ações não são consecutivas, mas, sim, simultâneas, compondo um todo: o (I) presentificado em relação ao perfeito e especificando o fato relatado por este perfeito. Daí talvez porque Molendik possa dizer com tanta segurança que o que acontece em t é "necessariamente verdadeiro" em t' . Por outro lado, na medida em que o (I) precisa o R (conforme o próprio Molendik), verifica-se que, no exemplo, não se cogita sobre se ele avançava teve ou não continuidade: só interessa o avançar no lapso de tempo em que ele desceu a colina.

O esquema reichenbachiano será o seguinte:

$$\frac{R(\text{p\^o}s\text{-se a descer} \quad F}{+ \quad +} \\ E(\text{avançava})$$

Notemos que o R1 não está especificado, ou seja, não sabemos quando ele começou a descer a colina (portanto, é semanticamente incompleto, segundo Smith, como vimos). O que não quer dizer que não possa ser explicitado pelo contexto.

Portanto, o fato relatado no (I), (ele avançava), é o próprio evento relatado no perfeito (ele se pôs a descer...). Se assim é, só pode haver identificação entre eles, o que contraria a afirmação de Molendik. Aliás, o próprio autor, quando diz que o (I) dá precisão ao fato relatado no perfeito, (e Silva-Corvalán diz que o (I) especifica) está afirmando o caráter predicativo do (I); e o predicativo é uma qualidade d \times ser \times is|w é, pertence ao ser, c incide cw} o ser.

Este caráter predicativo do tempo verbal é citado por Reichenbach, quando diz que o imparfait é um tempo estendido (extended tense), e que tanto o francês quanto o grego, assim como algumas outras línguas, desenvolveram um sufixo especial para esse tempo. Este não é o caso do inglês que, assim, ex expressa esta extensão através, por exemplo, do participio presente:

"We may add here the remark that adjective is of the same logical nature as the present participle of a verb. It indicates an extended tense. If we put the word "hungry", for instance, in the place of the word "seeing" in our tables of extended tenses, we obtain the

same extended tenses. A slight difference in the usage is that adjective can often be interpreted as describing permanent properties of things. The transition to the extended tense, and from there to the permanent tense, is seen in the examples "he produces", "he is producing", "he is productive" (p.292).

O (I), então, presentifica-se em relação ao R, ao mesmo tempo em que o especifica, num processo que poderíamos chamar de ancoragem do I em R.

Parece, então, que a não coincidência dos pontos de vista de Vet e de Ducrot (item b) e de Sten e Ducrot (item c) deve-se a essa variedade de opiniões sobre a relação (I) e R, e da delimitação temporal do (I) em relação a esse R. A análise de (1) mostra que: a) o (I) é simultâneo a R por se presentificar em relação a ele e também por seu caráter predicativo; e b) por isso, na relação perfeito/(I), não interessa saber se o fato relatado no (I) já existia antes ou continuou depois do fato relatado no perfeito, mas sim apenas o que acontece no lapso de tempo delimitado pela situação relatada (perfeito), já que, uma vez ancorado em um R, o (I) se delimita em relação a essa referência.

Ou seja, a compreensão do comportamento do (I) exige que o enfoque se desloque do sentido (não delimitação do (I)) para a referência (delimitação do (I) em relação ao R).

Portanto, afirmações como as seguintes, de De Both-Diez (1985) e de Maingueneau (1981), não levam em consideração o que se acabou de afirmar em (a) e (b). De Both-Diez

diz que, no (I), o verbo é apresentado de tal maneira que uma parte do processo é vista como realizada, mas a outra se mantém em potencial, admitindo duração. É essa também a opinião de Maingueneau, quando ao apresentar o exemplo **Júlio chorava** diz que "nada nos diz que o processo seja efetivamente passado (ele pode estar chorando ainda)" (p.64).

Continuando a nossa exposição, examinemos outra opinião que postula a não simultaneidade do (I), que é a de Fuchs (1988). Segundo ela, uma vez feita a "transposição do presente", o (I) evidencia a indeterminação que caracteriza o presente, podendo designar, então, em relação ao novo R, fatos anteriores (exemplo 2), simultâneos (exemplo 3), atemporais (exemplo 4) e posteriores (veja o exemplo de Molendik, acima). A autora apresenta os seguintes exemplos (grifos da autora):

- (2) Ele não tinha com que festejá-lo como fazia antes da guerra (apud Sten, 1973: 95).
- (3) Dois minutos depois Robert vinha ao meu encontro (apud Sten, 1973:95).
- (4) Não acredita mais em Deus. Mas desde que se surpreendia com aqueles pensamentos de incréu ficava com medo. Deus tinha olhos e ouvidos que viam e escutavam tudo, que iam até aos pensamentos, aos desejos, à vontades (José Lins do Rego, Usina, 12a. ed., RJ 1985:62).

Já vimos, segundo Reichenbach, que o advérbio de tempo se refere ao R e não ao E.

Em (2), segundo Smith, o R de não tinha com que festejá-lo é a forma verbal de pretérito + o advérbio de tempo depois da guerra (implícito)(chamá-lo-emos de R1, "o novo R", segundo Fuchs); o R de como fazia é o pretérito + o advérbio antes da guerra (R2).

A transposição do presente, de que fala Fuchs, ocorre entre fazia e R2, isto é, fazia é presente em relação a R2, e este é anterior a R1. A anterioridade é dada pela relação entre R2 e R1, ou seja, antes e depois da guerra. Os (I)s aqui envolvidos só podem indicar o fato pretérito, mas não o fato relacional, que é dado pelos Rs. Assim sendo, não há a anterioridade do tipo proposto por Fuchs; isto é, fazia não é anterior a R1, "o novo R".

Veja o esquema reichenbachiano: (colocaremos no mesmo eixo as duas sentenças)

R2(antes daG)	R1 (depois da G)
+	+
E(fazia)	E(não ti- nha)

O exemplo (3) confirma o que estamos propondo.

No exemplo (4), o R é dado pelo pretérito mais o contexto da superestrutura de descrição que aí ocorre, questão que vamos tratar na discussão dos do item (e); mas podemos adiantar que os (I)s não são atemporais, na medida em que haverá um R dado pelo contexto, caso contrário não seria possível a sua interpretação, segundo vimos em Smith. (A atemporalidade pode dizer respeito às coisas divinas, na medida em que

se acredita que Ele é infinito.)

Em Declerk lemos que "todo evento é simultâneo a algum tempo", quando o autor cita McCoard (1978:92) e Prior (1967:15). O autor cita também Katz (1972): "uma sentença não relaciona temporalmente os fatos que relata diretamente uns aos outros. Antes, ela os relaciona a um ponto de referência fixo e só então os relaciona uns aos outros, indiretamente, em virtude da relação destes com esse ponto".

Item (d)

Tentaremos agora demonstrar mais especificamente um fato a que vimos nos referindo aqui e ali, ou seja, a necessidade de um R para o (I). Vamos iniciar as nossas considerações com uma argumentação feita por Vet (1981), ao tentar provar que o (I), que para ele não engloba o final dos intervalos, faz os eventos coincidirem, produzindo um resultado bizarro. Veja o exemplo fornecido por ele:

(5) *A porta se abria. O ministro saía de sua casa. Ele atravessava o jardim e entrava no carro.

E mostra como com o perfeito, que apresenta globalmente os fatos (De Both-Diez, Silva-Corvalán), o efeito é diferente:

(6) A porta se abriu. O ministro saiu de sua casa. Ele atravessou o jardim e entrou no carro.

Para Maingueneau, o uso de uma série de (I) com valor perfectivo propicia

aceleração ao texto, a ilusão de suspense, de tensão, e evita o distanciamento que caracteriza o perfeito. No exemplo seguinte, de Molendik, não acontece o efeito "bizarro" de que fala Vet.

- (7) O que eu vi então é indescritível. Tendo perdido completamente a razão, um jovem se atirava da janela. Uma moça, preferindo uma morte súbita a sofrimentos terríveis, se apunhalava. Um velho, tentando fugir, estrebuchava e tombava ao sol...

R(vi)

+

E1 (atirava)

E2 (apunhalava)

E3 (estrebuchava)

Qual seria a diferença entre (5) e (7)? É que em (7) os fatos no (I), todos eles, podem se ancorar no R dado pela primeira sentença (O que eu vi então é indescritível.). Se relacionarmos esta particularidade aos traços citados por Tasmowski-De Ryck, estes (I)s assim se comportam porque têm o traço [-progressivo]. No caso do exemplo (5), os (I)s têm o traço [+ progressivo], e por isso se sequencializam-se, exigindo Rs individuais. Como estes Rs não são dados, ocorre o efeito "bizarro". Veja a diferença se os Rs (sublinhados) forem dados:

- (5') Tentei relembrar várias vezes a cena: primeiro, a porta se abria; a seguir,

o ministro saía de sua casa; finalmente ele atravessava o jardim e entrava no carro.

Já no exemplo (6), os perfeitos introduzem por si mesmos os Rs necessários. Aliás, vários autores afirmam que o perfeito introduz um novo R, ao qual se ligam as demais orações com tempos no passado (Reichenbach, Smith, Silva-Corvalán, Coroa (1985), De Both-Diez, Waugh e Monville-Burston (1986), Declerk (1986)). A afirmação cabe, com a ressalva sugerida pelos exemplos acima, ou seja, de que se faça a distinção dos (I)s de acordo com os traços a que nos referimos.

A propósito, examinemos o "imperfeito consecutivo", proposto por Maingueneau. Na discussão de (10), veremos que o advérbio de tempo introduz R. Ele apresenta os exemplos seguintes:

- (8) Paulette se tut; on arriva à Rome et on n'en parla plus. (Paulette se calou; chegamos a Roma e não nos falamos mais).
- (9) Paulette se tut; on arrivait à Rome et on n'en parlait plus. (Paulette se calou; chegávamos a Roma e não nos falávamos mais).
- (10) Paulette se tut; le lendemain on arrivait à Rome et on n'en parlait plus. (Paulette se calou; no dia seguinte chegávamos a Roma e não nos falávamos mais).

e diz que (8) apresenta ações sucessivas em primeiro plano; (9) opõe o primeiro plano (no perfeito) ao plano de fundo (no I) (relação de causalidade); e (10) em que os fatos no (I) (em relação ao perfeito *tut*) podem ser interpretados como uma sucessão de processos perfectivos, fato que ele denomina de "imperfeito consecutivo".

Ocorre que em (10), há um R, isto é, no dia seguinte no qual os fatos relatados no (I) se ancoram, e é este R que é consecutivo ao fato relatado no perfeito. Portanto, não se constata um "imperfeito consecutivo" como afirma Mainqueneau, pois o (I) é presente em relação ao R, este sim consecutivo ao calar-se de paulette

Assim, verifica-se que o (I) necessita sempre de um R, no qual se ancora. Tal R pode ser comum a vários (I)s se estes se referirem a eventos presentificáveis em relação a um só R, ou seja, tiverem o traço [-progr].

Verificamos, então, que R pode ser dado:

- a) pelo perfeito somente (caso em que ele é incompleto);
- b) pelo perfeito + advérbio de tempo (caso em que ele é completo);
- c) pelo advérbio de tempo (+ a anterioridade indicada pelo (I), que é pretérito)

Portanto, as opiniões (itens c e d) são somente opostas na aparência, já que cada uma faz sentido se se considerar apenas uma faceta da questão. De fato o (I) não é delimitado no tempo, se considerado por si só; mas como o (I) precisa ancorar-se num R (item d), acaba se submetendo à delimitação temporal imposta por esse R. Daí porque Ducrot rejeitar a proposta do (I) como ação

inacabada.

Notemos que é essa ancoragem do (I) em R a responsável pela estaticidade criada por este pretérito, e que decorre da característica predicativa deste tempo verbal. Esse efeito será por nós discutido no item (f).

Item (e)

Na oposição narrativa/comentário, o (I) é considerado marca da narrativa. E na dicotomia história /discurso?

Passemos para o item (e). O enfoque do (I) como o "presente do passado" está na base da proposta de Weinrich (1973), que usa a noção de primeiro plano (proporcionado pelo perfeito) e plano de fundo (proporcionado pelo I). O plano de fundo serve essencialmente à descrição (em oposição à progressão narrativa), destinando-se a precisar o personagem, as emoções, fornecendo informações sobre a atmosfera, a identidade das pessoas e dos lugares espaço-temporais, fazendo comentários, etc. O contraste entre os dois planos constitui o que ele chama de *mise en relief* (pôr em relevo).

É, então, graças à característica de

presentificação do (I) que se pode constituir um plano que coexista com o primeiro plano; que sirva de fundo para a progressão narrativa. Deve ficar claro que aqui, na narrativa, o papel do (I) é parcial, ou seja, só ocorre no plano de fundo, pois o primeiro plano é dado pelo perfeito.

Benveniste distingue: 1) o plano da enunciação histórica e 2) o plano da enunciação do discurso e diz que o (I) é um tempo comum aos dois planos. Como o autor não

apresenta nenhum exemplo de discurso, em que pudéssemos constatar a presença do (I) para discutir o item (d), aproveitamos os exemplos de e Both-Diez, quando ela se refere ao autor e àquela distinção.

Exemplo de discurso argumentativo

- (11) Assim apareceram as "marcas de espécie": o artigo para o nome, o pronome de conjugação para o verbo. O valor gramatical que não podia mais ser expresso claramente através das formas antigas (desinências), suscitou as formas novas, as palavras especiais que chamamos: marca de espécie (p. 19).
- (12) Simone de Beauvoir fazia a apologia da aversão... J- P Sartre separava o mundo dos escritores e dos pensadores em duas partes: (...). Eu me recusava a ter essa visão por mais estimável e verídica. E estes que encheram de ar aqueles tempos tinham os pulmões viciados. São os gênios destes "intellos" que sufocam hoje (p.20).

Ao que indicam os exemplos, o (I), quando aparece no discurso, continua a desempenhar o papel de plano de fundo. O que se pode constatar é que, ao invés da controvérsia entre Weinrich e Benveniste citada por Tasmowski-De Ryck, o que acontece na realidade é uma alternância entre o plano da enunciação discursiva com o plano da enunciação histórica, o (I) ocorrendo neste último.

Item (f)

O (I) é anafórico, ligando-se a antecedente temporal fornecido pelo contexto?

Examinemos o seguinte texto em inglês em que se misturam os dois tempos:

a) The two men agreed; and soon they reached the narrow street where Stephen lived. He looked up with fear at the window of his room. It was open, as he had left it that morning. No one was there. His wife had run away again months before; and Stephen had then had to buy more furniture. He did not know where she had gone.

O texto apresenta os dois tempos:

a') Os dois homens concordaram; e logo eles alcançaram a estreita rua onde Stephen morava. Ele olhou com medo para a janela do seu quarto. Ela estava aberta...

Por que é que o 3º e o 5º verbos foram traduzidos pelo (I) e os demais pelo perfeito? Tudo indica que este fato liga-se à ancoragem a um R, característica do (I).

Morava ancora-se no R introduzido por alcançaram, fato que se percebe porque não há um prosseguimento, como há entre o 1º e o 2º verbos. Há como que uma parada para especificar, descrever a rua. O mesmo acontece com estava, que se ancora em olhou.

O que se verifica é que, devido a essa ancoragem, verbos no (I), mesmo quando em sequência, expressam uma situação estática, e por isso propiciam o estabelecimento de um plano de fundo, nos moldes de Weinrich.

Passamos a descrever um teste que realizamos, a fim de experimentar a capacidade de distinção entre o (I) e o perfeito por tradutores inglês-português e japonês-português. Aproveitamos dois textos apresentados por Hopper (1982), em inglês, em que os tempos verbais estão no simple past, mas que, na tradução para o português, um deles deve ser traduzido pelo perfeito e o outro, pelo (I). Os textos são os seguintes:

- a) The carpenter came and peered between the bars of the cage. Suddenly the tiger slapped the Chinese hard in the face, so that one of his eyes were taken out, and his face was wounded on one side, and he fell into a faint like a dead man. They ran to tell the Governor. When the Governor saw what had happened, he became furiously angry, and ordered a sepoy to shoot the tiger with a bullet, and the tiger died instantly. (p.8)
- (b) He was adept at showing people the proper respect, always with a pleasant expression on his face. He spoke politely to people, returning Mister with Mister, "tuan" with "tuan". He treated people kindly, and his hands were always open to the poor. Yet he knew how to silence those who were wordy. He smiled always as he spoke. He delved enthusiastically into all things of the past. (p.7)

Estes textos foram traduzidos para o português por alunos do Curso de Língua

e Literatura Inglesas da PUCSP. (O negrito não apareceu no texto que lhes foi apresentado.) Os 11 alunos que receberam o texto (a), traduziram corretamente os verbos em negrito pelo perfeito (100%). Já dos 16 sujeitos que receberam o texto (b), 13 traduziram corretamente os verbos pelo (I) (81%) e 3 pelo perfeito (19%).

Numa segunda etapa do nosso estudo, os dois textos foram vertidos para japonês, que, como o inglês, não possui forma gramatical específica para o (I). Eis os textos resultantes:

- a') Daiku wa ori ni chikazuki, tetsugoshi kara naka o nozoita. Totsuzen, tora ga chyugoku-jin no kao ni kyoretsuna ichigeki o kumaeta. Sore wa kare no me o kurinuki, kao no hanmen ni ressho o owaseru hodo de atta. Kare wa taore, marude shinin no yoni kisetu shite shimatta. Karera wa hashitte chijini shiraseni itta. Chiji wa sanji o mae ni rekka no gotoki okori, sepoi ni uchi korosu yoni meiji, tora wa issun no uchi ni shindeshimatta."
- b') Kare wa aiteni inginna monogoshi de sessuru sube ni take te ita. Hyojo wa tsune ni nyuwa sono mono de atta. Reigi ni tadashiku hanashi, keisho o motte keisho kotaete ita. "Tuan" ni taishite "tuan" de aru. Hitobitoni kandai de ri, mazushii mono niwa tsune ni nasake o kakete ita. Sono ue, jozetsuka o ikanishite damaraseruka toiu koto mo kokoroete ita. Hanasu toki ni wa emi o tayasanakatta. Soshite, mukashi subete no koto ni tsuite netsui o motte fukaku

horisagete hanashita."

Os textos (a') e (b') foram traduzidos para o português respectivamente por 4 e 7 alunos do Curso de Tradutores, da Aliança Cultural Brasil-Japão. Os verbos do primeiro texto foram corretamente traduzidos pelo perfeito e os do segundo pelo (I) por 100% dos sujeitos.

Os bons tradutores não iniciam a tarefa, de imediato, sem antes levarem em conta uma certa parcela do texto para se certificarem a respeito daquilo que vão traduzir. Isto é possível porque dominam o léxico que têm à frente. Já os menos proficientes, agem palavra por palavra, não conseguem traduzir muitas delas e, assim, trabalham praticamente no escuro. Incluem-se aqui os 3 sujeitos que traduziram o (I) pelo perfeito: ao se depararem com o simple past, a primeira tentativa era a tradução pela perfeito, mas como não conseguissem estabelecer um co-texto de apoio, não eram capazes de consertar o erro.

Passemos à análise dos exemplos. Tanto no caso do texto (a), quanto no (b), o R é dado pela forma verbal de pretérito, embora semanticamente incompleto, já que não há um advérbio de tempo explícito, como sabemos. Portanto, aparentemente os dois textos partem com os mesmos dados, como já dissemos. Mas o texto (a) é traduzido pelo perfeito e o texto (b) pelo (I).

Perguntamos aos nossos tradutores em que fato tinham eles se baseado para traduzir adequadamente pelo (I) ou pelo perfeito, e a informação geral que tivemos foi a de

"sentimos que a tradução tinha que ser assim". Porém alguns conseguiram especificar, afirmando que, no caso do texto (b), o (I) havia sido escolhido no momento que perceberam tratar-se de uma descrição.

Um terceiro texto, considerado mais difícil, num teste piloto, foi apresentado àqueles alunos de inglês:

- (c) Louisa liked some of his careless ideas. She remembered his saying: "What will be, will be". It agreed with something that she herself believed. She had once told her father that her marriage did not matter. Mr. Harthouse thought that everything was empty and worthless. Louisa did not quite believe that: but his opinions were certainly not new to her. They were not dangerous either. Louisa enjoyed talking to him.

Vamos considerar a tradução das 3 primeiras sentenças, que praticamente acabou orientando o resto da tradução. Dos 18 alunos testados: 9 as traduziram pelo perfeito e 9 pelo (I). Como era de se esperar, aqueles que as traduziram pelo (I) tiveram desempenho melhor na tradução considerada na sua íntegra; já aqueles que o fizeram pelo perfeito, deixaram de traduzir muitas palavras, perdendo com isso o co-texto, e por isso acabaram traduzindo alguns verbos até pelo presente.

Dos 9 alunos que traduziram corretamente, 3 afirmaram que, inicialmente, haviam escolhido o perfeito, mas logo no segundo ou

no terceiro verbo perceberam que não estavam no caminho certo. Um deles disse que, no momento em que percebeu que se tratava de uma lembrança de Louisa, resolveu mudar para o (I). Portanto, a percepção da superestrutura do texto, isto é, de descrição no caso do texto (b), ou de uma lembrança no caso de (c) (aliás, o exemplo não deixa de ser uma descrição da maneira de ser de Louisa) teria orientado a escolha do tempo verbal.

Poder-se ia dizer, então, que a superestrutura do texto, cujo papel na compreensão já é conhecido, também aqui, exerceria a sua contribuição, permitindo a distinção entre o (I) e o perfeito. Em outros termos, ocorreria um fenômeno inverso ao da proposta de Weinrich, que citamos no item (f): ao invés de a forma - de perfeito ou de (I) - remeter respectivamente ao primeiro plano (superestrutura de progressão narrativa ou ao plano de fundo (superestrutura de descrição), estes é que remeteriam àqueles.

O problema que se coloca aqui é: como teria sido captada a superestrutura?

Como já se disse, os três textos apresentam vários verbos no simple past, e em todos eles não deixa de haver um prosseguimento. Ocorre que verbos no (I) ancoram-se em R, explícito ou não, (um R para cada (I) ou um R para vários (I)s, dependendo do traço [\pm progr]), o que acarreta duas conseqüências: a) estaticidade; b) (embora não diretamente pertinente ao nosso exame), a ordem de apresentação dos fatos é muito mais flexível do que no caso do perfeito. Já, no texto com o perfeito, cada verbo em seqüência introduz um novo R: seriam, portanto, Rs em seqüência, e não verbos em seqüência, presos

a um mesmo R, como ocorre com o (I).

Assim, creio poder dizer numa primeira conclusão, já que não considero terminado este estudo, que o fenômeno da ancoragem é o traço que distingue (I) de (P), ou em outras palavras: o (I) é anafórico. O tradutor percebe a estaticidade decorrente dessa ancoragem nos textos (b) e (c), o que não ocorre no texto (a). Essa percepção remete-o às respectivas superestruturas o que lhe permite, então, escolher corretamente o tempo verbal. Dir-se-ia que o delineamento da superestrutura está na razão direta do número de palavras que consiga traduzir. Daí porque os que têm pequeno conhecimento do léxico inglês não conseguem traduzir corretamente o tempo verbal.

(recebido em 03/09/90)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN. Roger W. "Uma reinterpretação da hierarquia Vendler-Mourelatos". Comunicação feita no Congresso de Linguística Aplicada, realizada na UNICAMP, em setembro de 1989.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro. O tempo nos verbos do português - uma introdução à sua interpretação semântica. Thesaurus, Brasília, 1985.

DECLERK, Renaat, "From Reichenbach (1947) to Comrie (1985) and beyond". In: *Lingua* 70 (1986) pp. 305-364. Elsevier Science Publishers B. V. (North-Holland), 1986.

DE BOTH-DIETZ, Anne-Marie. "L'aspect et ses implications dans le fonctionnement de l'imparfait, du passé simple et du passé composé au niveau textuel". In: *Langue*

- Française, no. 67 set/85. La Pragmatique de temps verbaux. Larousse, Paris, 1985.
- DOWTY, David R. "Toward a semantic analysis of verb aspect and the English 'imperfective' progressive". In: *Linguistics and Philosophy*, Vol. I,, no.1. jan/77. 1977.
- FUCHS, Anna. "Aspectos verbal e dêixis". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 15. UNICAMP, 1988.
- HOPPER, Paul J. "Aspect between discourse and grammar: an introductory essay for the volume" In: Paul J. Hopper, *Tense-Aspect: between Semantics and Pragmatics*. John Benjamins Publ. Co. 1982.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. Cortez Editora, SP, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. "Remarks on English Aspect". In: Paul J. Hopper (org.) *Tense Aspect: Between Semantics and Pragmatics*. John Benjamins Publ. Co. 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. "Imparfait/Passé Simple 'Passé Composé" -. In: Maingueneau, D. *Approche de L'Enonciation en Linguistique Française - Embrayers, "Temps", Discours Rapporté*. Classiques Hachette. Paris, 1981.
- MOLENDIK, Arie (1985). "Point Referentiel et Imparfait". In: *Langue Française, 67 set/85 La Pragmatique des temps verbaux*. Larousse, Paris.
- PARRET, Herman. *Enunciação e Pragmática*. Editora da UNICAMP, 1988.
- REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. (1947) N.Y. The Free Press. Re-Edição de 1966.
- SILVA-CORVALÁN, Carmen. "Tense and Aspect in Oral Spanish Narrative: Context and Meaning". In: *Language*, vol. 59, no.4. 1983.
- SMITH, Carlota S. "The syntax and

interpretation of temporal expressions in English". In: *Linguistics and Philosophy*, vol.2, no.1. 1978.

TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane. "L'imparfait avec et sans rupture". In: *Langue Française La Pragmatique des temps verbaux*, 67, set/85, Larousse, 1985.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. NO Aspecto Verbal no Português. Universidade Federal de Uberlândia. 1985.

VENDLER, Z. "Verbs and Times" . In: *Philosophical Review* 66. 1957.

VET, Co. "La notion de 'monde possible' et le système temporel et aspectuel du français". In: *Langages*, 64, 1981.

WAUGH, Linda R. e Monville-Burston, Monique. "Aspect and discourse function: the French simple past in newspaper usage". In: *Language*, vol. 62, no.4, 1986.

WEINRICH, H. *Le temps*. Seuil, Paris, 1973.